



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA-DEA/CGPLAM/DLOG/PF

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR COT/DREX/PF

Processo nº 08200.018903/2021-35

1. **INTRODUÇÃO**

1.1. O presente estudo tem por objetivo atender ao disposto no Art. 24 da IN 05/2017-SEGES/MPDG, consistindo na análise da viabilidade e no levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração, viabilizando a contratação necessária para a elaboração de projetos básico e executivo da nova sede da SR/PF/SE.

2. **NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O Estande externo de tiro do Comando de Operações Táticas desde sua inauguração (meados de 1990) nunca passou por manutenção. O uso contínuo e intenso de tal estrutura ao longo dos anos causou um desgaste no pára-balas que vinha sendo mitigado por reposição de terra e instalação de colunas de pneus pelos próprios policiais do Comando. Porém, chegou-se ao ponto que tal ação paliativa não se mostra mais viável, necessitando assim, da instalação de um pára-balas.

2.2. O estande do COT é utilizado pelos policiais da unidade que, para manter suas habilidades de grupo contraterrorismo e responsável pela execução de operações de altíssimo risco da Polícia Federal, necessitam de treinamentos diários.

2.3. Além disso, a estrutura também é utilizada por outras unidades da Polícia Federal, co-irmãs e pelos diversos cursos instituídos pela Academia Nacional de Polícia e executados pelo COT. O estande é uma estrutura única e vital para as atividades diárias do COT, facilitando a logística e otimizando o tempo de treinamento por estar dentro do órgão.

2.4. Por estar em área urbana, as preocupações são as maiores possíveis. Sendo assim, a modernização do estande de tiro, com o intuito de atender quesitos de segurança e preocupação com meio ambiente, se tornou uma prioridade e com isso foi iniciado o processo para aquisição do sistema envolvendo basicamente para-balas adequado e defletores suspensos, conforme SEI nº 08211.001790/2020-29. Porém com a análise aprofundada do problema chegou-se em estudo preliminar na necessidade de adequação do ambiente para receber a solução, ou seja, será necessário realizar corte de talude, contenção, demolição de estrutura etc. Com isso tornou-se necessário início de novo processo para realizar a parte de obra devida.

2.5. O quadro técnico próprio da Polícia Federal não possui servidores com *expertise* na área de projetos desse porte, demandando assim a necessidade de contratação de empresa de Engenharia e Arquitetura para esta elaboração.

2.6. A contratação em tela encontra aderência ao Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos e Ação Estratégica: Gestão de Obras e Infraestrutura, bem como ao Objetivo Institucional: Promover a Cidadania e Ação Estratégica: Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão, preconizados na Portaria nº 4453/2014-DG/PF, de 16 de maio de 2014, publicado no BS nº 093/2014, que aprovou a atualização do Plano Estratégico 2010/2022.

3. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL

3.1. A demanda está alinhada com Portaria nº 4.453/2014-DG/PF, de 16 de maio de 2014, publicado no BS nº 093/2014, que aprovou a atualização do Plano Estratégico 2010/2022, enquadrando-se como contratação que objetiva atender à fator crítico de sucesso da organização, assim definido:

"6. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

6.10. Infraestrutura adequada

Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos servidores e exemplar atendimento aos cidadãos."

3.2. A demanda encontra aderência ao Plano Estratégico da PF, conforme tabela a seguir:

OBJETIVO INSTITUCIONAL	AÇÃO ESTRATÉGICA
9.5. Promover a Cidadania	9.5.2. Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de aprimoramento dos serviços prestados à população, envolvendo notadamente as atividades administrativas e de apoio finalístico, buscando facilitar o acesso do cidadão à instituição, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
9.7. Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais	9.7.1. Gestão de Obras e Infraestrutura Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

3.3. Ainda, encontra-se aprovada no Plano Anual de Obras - PLANOB para o biênio 2021/2022, conforme Processo SEI

nº 08200.024248/2020-73, posteriormente modificado pelo Processo SEI nº 08310.002713/2020-78.

Código	ESTADO	CIDADE	OBRA	VALOR
DF-2021-29	DF	BRASILIA	REFORMA DO ESTANDE DE TIRO EXTERNO	R\$ 2.000.000,00

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Natureza da Contratação:

4.1.1. O objeto a ser contratado constitui em serviço de natureza não continuada, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, por tratar-se de prestação de um serviço específico por período predeterminado, que pode ser prorrogado desde que justificadamente pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

4.1.2. Em relação à singularidade do serviço, a presente contratação se configura como **serviço não comum de engenharia**.

4.1.2.1. Considerando a Nota Técnica do CONFEA Decisão PL -074/2007:

"Doutrinariamente bem se posiciona o professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Benedito Porto Neto, ao dispor sobre a aplicação da Lei nº 10.520, de 2002 ao concluir que os serviços de Engenharia podem ser contratados por pregão somente quando não haja pagamentos vinculados às etapas de sua execução e desde que o atendimento das especificações definidas em contrato possam ser aferidas por leigos na área, uma vez que esta modalidade foi instituída com o objetivo de agilizar o processo de contratação e ampliar a competição entre os interessados no contrato, assegurando à Administração Pública a possibilidade de rejeitar de imediato os bens e serviços em desacordo com as especificações definidas em contrato, antes de qualquer pagamento por eles." Nota Técnica Informativa - Decisão PL -074/2007- CONFEA

"Constata-se assim que todo serviço de Engenharia possui certo grau de complexidade que inviabiliza sua contratação por meio da licitação na modalidade pregão, segundo os critérios estabelecidos pela própria Lei nº 10.520, de 2002, uma vez que, genericamente, seus padrões de desempenho e qualidade não podem ser objetivamente definidos pelo edital e o resultado final não é passível de ser atestado por pessoas dotadas apenas de senso comum, sem a realização de investigações pormenorizadas." Nota Técnica Informativa - Decisão PL -074/2007- CONFEA.

"Deste modo, infere-se que a caracterização do que seja um serviço comum de Engenharia é o ponto de divergência entre o posicionamento legal e o técnico, uma vez que a Lei nº 10.520, de 2002, ao utilizar o termo “comum”, sem, contudo, defini-lo tecnicamente, permitiu que serviços técnicos especializados das áreas da Engenharia, Arquitetura e Agronomia fossem

comparados, para fins de contratação, a serviços de limpeza e de conservação de imóveis, por exemplo." Nota Técnica Informativa - Decisão PL -074/2007- CONFEA

4.1.2.2. Considerando a Resolução 1.116 de 26 de Abril de 2019 CONFEA:

"Art. 1º Estabelecer que as obras e os serviços de Engenharia e de Agronomia, que exigem habilitação legal para sua elaboração ou execução, com a emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, são serviços técnicos especializados.

§ 1º Os serviços são assim caracterizados por envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, por abarcarem risco à sociedade, ao seu patrimônio e ao meio ambiente, e por sua complexidade, exigindo, portanto, profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições.

§ 2º As obras são assim caracterizadas em função da complexidade e da multiprofissionalidade dos conhecimentos técnicos exigidos para o desenvolvimento do empreendimento, sua qualidade e segurança, por envolver risco à sociedade, ao seu patrimônio e ao meio ambiente, e por demandar uma interação de concepção físico-financeira que determinará a otimização de custos e prazos, exigindo, portanto, profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições."

4.1.2.3. Considerando a Decisão PL2467/2012 CONFEA:

"... tecnicamente existe diferenciação entre serviços comuns e não comuns no âmbito da Engenharia ou da Agronomia, pois serviços que exigem habilitação legal para sua elaboração ou execução, com a obrigatoriedade de emissão da devida ART perante o Crea, tais como projetos, consultoria, fiscalização, supervisão e perícias, jamais poderão ser classificados como comuns, dada a sua natureza intelectual, científica e técnica, fatores que resultam em ampla complexidade executiva, exigindo portanto profissionais legalmente habilitados e com as devidas atribuições, conforme também detalha o art. 13 da Lei 8.666, de 1993, não se admitindo a sua contratação pela modalidade Pregão. "

4.1.2.4. Considerando as diferenças entre obra e serviço de engenharia, ora definidas pela lei 8.666/93:

"I - Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;

II - Serviço - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação"

4.1.2.5. Considerando o parecer 075/2010/DECOR/CGU/AGU:

"a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;

b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão;"

4.1.2.6. Considerando o Parecer 00052/2019/DECOR/CGU/AGU:

"...são fartos os acórdãos do TCU que orientam no sentido da impossibilidade do uso do pregão para a contratação de serviços de engenharia consultiva, tal como a elaboração de projetos de engenharia, quando não possam ser enquadrados como comuns, e, portanto, não houver padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais. Para a

Corte não são comuns os serviços de natureza predominantemente intelectual “em que a arte e a racionalidade humana são essenciais para a sua execução satisfatória. Não se trata, pois, de tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos” (ACÓRDÃO n. 2471/2008-Plenário; Informativo de Licitações e Contratos TCU n. 54/2011; TC 033.681/2015-5; ACÓRDÃO Nº 6227/2016 – TCU – 2ª Câmara; ACÓRDÃO 2760/2012 - PLENÁRIO)”

4.1.2.7. Ainda, no mesmo parecer temos:

"Para o STJ, os serviços de projetos de engenharia e arquitetura exigem habilitação legal para sua elaboração, não podendo ser comuns, já que seu padrão de desempenho e qualidade não podem ser objetivamente definidos no edital. Destacou, ainda, que o valor dos serviços também pode indicar a complexidade do objeto. Assim, não caberia a utilização do pregão eletrônico devido à exigência de profissionais com alto nível de especialização, bem como em face da impossibilidade de uma descrição exaustiva nessa modalidade de licitação de todas as peculiaridades e complexidade do objeto licitado."

4.2. **Duração Inicial do Contrato:**

4.2.1. O contrato deverá ter duração inicial de 100 (cem) dias, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57, I, da Lei nº 8.666/93.

4.3. **Sustentabilidade:**

4.3.1. Em observância a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 4 de junho 2014, os projetos básicos e executivos devem ser desenvolvidos visando, obrigatoriamente, à obtenção da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) Geral de Projeto classe de eficiência "A".

4.3.2. Ainda, a elaboração dos projetos, além de observar as características e condições do local de execução dos serviços ou obra e seu impacto ambiental, deverá considerar a possibilidade de utilização das seguintes soluções:

4.3.2.1. uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;

4.3.2.2. automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

4.3.2.3. uso exclusivo de lâmpadas LED, fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;

4.3.2.4. energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;

4.3.2.5. sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;

4.3.2.6. aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

- 4.3.2.7. utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- 4.3.2.8. possibilidade de emprego de materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, de modo a diminuir os custos de transporte;
- 4.3.2.9. facilidade e economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou serviço;
- 4.3.2.10. adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas;
- 4.3.2.11. acessibilidade; e
- 4.3.2.12. economia da manutenção e operacionalização da edificação, redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

4.4. **Transição Contratual:**

- 4.4.1. Em atinência ao disposto no art. 111 da Lei nº 8.666/93, o autor dos projetos ou serviço técnico especializado deverá ceder à Polícia Federal os direitos autorais (patrimoniais) que orbitam os projetos desenvolvidos, autorizando-a a efetuar modificações futuras desses projetos, se assim desejar.

4.5. **Relevância dos requisitos estipulados:**

4.5.1. Todos os estudos e projetos deverão ser desenvolvidos de forma que guardem sintonia entre si, tenham consistência material e atendam às diretrizes gerais do programa de necessidades e desde estudo preliminar de viabilidade. A responsabilidade pela elaboração dos projetos será de profissionais ou empresas legalmente habilitadas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) local ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) local. O autor ou autores deverão assinar todas as peças que compõem os projetos específicos, indicando o número da inscrição de registro das ARTs no CREA ou dos RRTs no CAU, nos termos da Lei nº 6.496/1977 e da Lei nº 12.378/2010. Os projetos devem ser elaborados de acordo com as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais/distritais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, e em conformidade com as normas técnicas devidas.

4.5.2. Além da documentação necessária, conforme legislação vigente e edital, a(s) licitante(s) deverá (ão) apresentar a seguinte documentação complementar: Certidão de Registro da empresa junto ao CREA/CAU.

4.5.2.1. Certidão de Registro do(s) responsável (eis) técnico(s) junto ao CREA/CAU;

4.5.2.2. Certidão de Registro da empresa junto ao CREA/CAU.

4.6. **Critérios de Seleção do Fornecedor:**

4.6.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

4.6.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

4.6.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

4.6.3.1. Certidão de Registro da empresa junto ao CREA/CAU;

4.6.3.2. Certidão de Registro do(s) responsável (is) técnico(s) junto ao CREA/CAU;

4.6.3.3. Apresentação de atestado(s) de responsabilidade técnica - ART ou registro(s) de responsabilidade técnica - RRT, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) de nível superior (engenheiros / arquitetos) executado para pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado de forma satisfatória, atividades pertinentes e compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da presente contratação.

4.6.3.4. **Será admitido** somatório de atestados apresentados pela licitante como forma de alcançar a capacidade técnico-operacional exigida.

4.6.3.5. A solução viável para contratação é a dispensa de licitação com base no inciso I do artigo 24 da lei 8.666/93, que faculta a dispensabilidade da licitação, para obras e serviços de engenharia com base no valor de até 10% do limite previsto para a modalidade convite que, atualmente, é de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) conforme DECRETO nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

4.6.3.6. A formação específica exigida em cada área será comprovada por meio de certificado de conclusão de curso de especialização, pós graduação, mestrado ou doutorado reconhecidos pelo MEC.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. As quantidades a serem contratadas serão:

5.1.1. ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL CONTENÇÃO EM CONCRETO ARMADO

5.1.2. Laudo de sondagem tipo SPT com 02 (dois) furos.

5.1.3. Peças Orçamentárias para contratação da obra (Orçamentos sintéticos e analíticos, quantitativos e composições de preços unitários, cronogramas físico-financeiros, curvas ABC de Insumos e serviços).

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1. A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica na área de Engenharia e Arquitetura capaz de elaborar projetos básicos e executivos conforme modelos disponibilizados pela Advocacia Geral da União (AGU), de modo que, na elaboração dos documentos técnicos de sua competência, mantenham uma compatibilidade de redação e adequado nível de detalhamento em pontos entendidos como relevantes diante da legislação aplicável e orientações jurisprudenciais, devendo a gestão ser toda da CONTRATADA, de forma a dar cumprimento ao Edital e definições do Projeto Básico, anexados ao corpo deste processo administrativo.

6.2. A solução viável para contratação é a dispensa de licitação com base no inciso I do artigo 24 da lei 8.666/93, que faculta a dispensabilidade da licitação, para obras e serviços de engenharia com base no valor de até 10% do limite previsto para a modalidade convite que, atualmente, é de R\$

330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) conforme DECRETO nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

7. ESTIMATIVAS DE PREÇOS

7.1. Valor Global: R\$ R\$ 14.754,74 (quatorze mil setecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), obtido a partir do mapa comparativo de preços em documento anexo.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. Contratação de empresa especializada em desenvolver projetos estruturais e execução de sondagem de solo do estande de tiros do Comando de Operações Táticas - COT da Polícia Federal, localizado setor policial Militar sul, Brasília/DF.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Cabe aqui a justificativa em relação ao **não parcelamento** do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993. No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão licitante poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

9.2. No caso em tela, o parcelamento se mostra tecnicamente inviável, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: “Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos”.

9.3. Diante da experiência e conhecimento, a equipe opta, com todo o fundamento acima, pela **contratação conjunta do serviço**, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

10.1. A presente solução trata-se de uma etapa preliminar da reforma do estande de tiro externo do COT, que quando concluída, trará benefícios diretos e indiretos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, propiciando melhoria da qualidade das instalações físicas, bem como manutenção e conservação de baixo custo.

10.2. Nesse contexto, não resta dúvidas que a Polícia Federal, ao final da contratação, irá realizar suas atividades institucionais melhor respaldada nos aspectos de condições físicas e ambientais, apresentando melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

11. **PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

11.1. Para a execução do contrato na há necessidade de adequação físicas no prédio uma vez que o objeto do contrato é a contratação do projeto básico e executivo.

12. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação.

Por todo o exposto, **declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos o serviço proposto**, devido a sua imprescindibilidade para um bom resultado e desempenho de uma nova edificação, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, uma adequada manutenção da saúde e bem estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades no combate aos crimes e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre uso da dinâmica de melhor atendimento e utilização dos recursos públicos.

Brasília, Agosto de 2021.

HENRIQUE ANTÔNIO MENESES XAVIER

Agente de Polícia Federal

Engenheiro Civil

Crea 19997/D-GO



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE ANTONIO MENESES XAVIER, Agente de Polícia Federal**, em 30/09/2021, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20501104** e o código CRC **F0D41934**.

Referência: Processo nº 08200.018903/2021-35

SEI nº 20501104